



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 13/09/07
<i>af</i>
VISTO

2º CC-MF
Fl.
_____

Processo nº : 10768.008305/2002-11  
Recurso nº : 131.946  
Acórdão nº : 203-11.275

Recorrente : FERTECO MINERAÇÃO S/A (INCORPORADA POR CIA. VALE DO RIO DOCE S/A)  
Recorrida : DRJ em JUIZ DE FORA/MG

Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 14/11/2007
Publicado em

CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. APURAÇÃO DO BENEFÍCIO. INSUMOS TRIBUTADOS APLICADOS NA PRODUÇÃO DE ARTIGOS ENQUADRADOS COMO "NT". CONCEITO DE ESTABELECIMENTO PRODUTOR. RECURSO NEGADO.

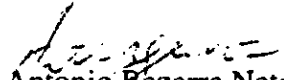
O crédito presumido de IPI é legítimo para as empresas que estejam submetidas à carga do IPI, porquanto estas, na dicção do artigo 3º da Lei 4.502/64, é que traduzem estabelecimentos produtores.


Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**FERTECO MINERAÇÃO S/A (INCORPORADA POR CIA. VALE DO RIO DOCE S/A)**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Valdemar Ludvig e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2006.

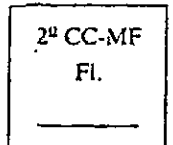
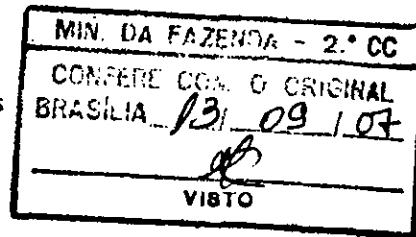
  
Antonio Bezerra Neto  
Presidente

  
Cesar Plantavigna  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Sílvia de Brito Oliveira, Odassi Guerzoni Filho e Eric Moraes de Castro e Silva.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes



Processo n° : 10768.008305/2002-11  
Recurso n° : 131.946  
Acórdão n° : 203-11.275

Recorrente : FERTECO MINERAÇÃO S/A (INCORPORADA POR CIA. VALE DO RIO DOCE S/A)

## RELATÓRIO

Pedido de ressarcimento de crédito de IPI (fl. 01), apresentado em 23/05/2002 pela Recorrente, solicitou o pagamento da importância de R\$ 3.260.796,70.

A pretensão, relacionada ao 3º trimestre de 2001, teria por motivo o creditamento propiciado por insumos aplicados na industrialização de artigos "NT", ao que se deduz da exposição da Recorrente, feita às fls. 66/69.

A situação é confirmada pela Decisão (fls. 81/87) indeferitória da postulação da contribuinte, que se respaldou em dois argumentos: (i) somente produto tributado pelo IPI (que não seria o caso dos produtos exportados pela Recorrente) daria ensejo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes aos insumos aplicados em sua elaboração; (ii) somente os estabelecimentos industriais, assim aqueles que se ocupam da confecção de produto tributado pelo IPI, é que teriam direito ao aproveitamento de insumos aplicados na produção do artigo objeto do gravame aludido. O artigo 2º, §1º, da Instrução Normativa SRF 23/97 figuraria em respaldo do desfecho implementado pela decisão mencionada, na medida em que somente incluiu os insumos sujeitos à alíquota zero na apuração do crédito presumido de IPI.

Manifestação de Inconformidade (fls. 91/110) sustentou, basicamente, que o crédito presumido do IPI assumia o perfil de incentivo fiscal voltado ao incremento das exportações, que não estaria sujeito a restrições e condicionantes decorrentes de interpretações que extrapolariam, inclusive, os limites traçados pela legalidade.

Decisão (fls. 116/127) da instância de piso confirmou a rejeição do ressarcimento almejado pela contribuinte.

Recurso voluntário (fls. 131/158) reprisou os argumentos deduzidos pela Recorrente em manifestação de inconformidade ofertada nos autos.

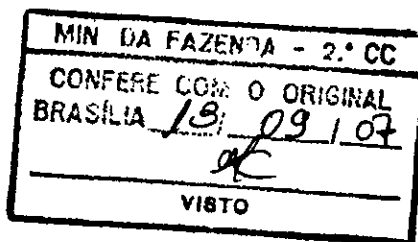
É o relatório, no essencial.

A



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10768.008305/2002-11  
Recurso nº : 131.946  
Acórdão nº : 203-11.275



VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
CESAR PIANTAVIGNA

A pretensão recursal desmerece agasalho.

É importante ter em mira que a Recorrente não almeja que o Fisco compute crédito de IPI relacionado a insumo qualificado como "NT" pela legislação, mas sim que o Fisco admita crédito de insumo tributado pelo IPI, aplicado na confecção de produto "NT", para efeito de apuração do crédito presumido de IPI.

Chama-se a atenção na postulação recursal, portanto, para o cômputo de crédito na apuração do crédito presumido de IPI, e não para o reconhecimento de crédito em operação não sujeitada à carga econômica do tributo.

Saliente-se, então, que com o crédito presumido de IPI intencionou-se desonerar mercadorias conduzidas para o mercado externo dos dispêndios referentes ao PIS e à Cofins oneradores da cadeia produtiva. Tal é a mensagem contida no artigo 1º da Lei 9.363/96:

Artigo 1º. A empresa produtora e exportadora de mercadorias nacionais fará jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, como ressarcimento das contribuições de que tratam as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970, 8, de 3 de dezembro de 1970, e 70, de 30 de dezembro de 1991, incidentes sobre as respectivas aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo.

Observe-se que a previsão normativa é certa em conferir o benefício representado pelo crédito presumido de IPI para "a empresa produtora e exportadora".

As decisões exaradas nesses autos, que abordam a pretensão da contribuinte, buscam respaldo na legislação regente do IPI. Nesse contexto articulam as definições de industrialização, estabelecimento industrial/produzidor.

Segundo os provimentos aludidos, a legislação do IPI entra em cena no que respeita à definição de estabelecimento produtor, equivalente à dicção de "empresa produtora" feita pelo artigo 1º da Lei 9.363/96. Estabelecimento produtor, segundo o artigo 3º da Lei 4.502/64, consiste no fabricante sujeito à incidência do IPI:

Artigo 3º. Considera-se estabelecimento produtor todo aquele que industrializar produtos sujeitos ao imposto.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10768.008305/2002-11  
Recurso nº : 131.946  
Acórdão nº : 203-11.275

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 13/09/07
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

2º CC-MF
Fl.
_____

De fato, conforme a disposição do parágrafo único, do artigo 6º, da Lei 9.363/96, a legislação do IPI é aplicável subsidiariamente a respeito de determinados conceitos elencados no citado diploma normativo:

**Parágrafo único. Utilizar-se-á, subsidiariamente, a legislação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para o estabelecimento, respectivamente, dos conceitos de receita operacional bruta e de produção, matéria-prima, produtos intermediários e material de embalagem.**

Nisso reside um ponto de dúvida na Lei 9.363/96, pois o artigo 1º da Lei 9.363/96 atribui o incentivo às empresas produtoras e exportadoras de mercadorias. O benefício, apesar de rotulado de "crédito presumido de IPI", reflete mecanismo para possibilitar a recuperação do PIS e da Cofins oneradores da cadeia de produção do artigo negociado com o mercado externo. O artigo 1º da Lei 9.363/96, já invocado nesse voto, não enseja hesitações no pormenor.

Entretanto, a normativa da Lei 9.363/93 serviu-se, em tese, de conceitos da legislação do IPI, a qual sinaliza que por estabelecimento produtor só se pode entender o que figure como contribuinte do tributo aludido. As idéias são conflitantes, na medida em que os estabelecimentos que promovem saídas de produtos para o mercado externo estão irrestrita e incondicionalmente indiferentes à normativa do IPI, diante da imunidade dos produtos destinados ao exterior – artigo 153, § 3º, III da Constituição Brasileira.

O óbice consta, todavia, positivado, impedindo o agasalho da pretensão da Recorrente.

Ante ao exposto, nego provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2006.

*[Assinatura]*  
CESAR PIANTAVIGNA